

Lula contesta o limite mínimo de 53 anos para aposentadoria

BRASÍLIA — Oito constituintes, dos 22 oradores do plenário, criticaram o anteprojeto apresentado por Bernardo Cabral. Ninguém o elogiou. O mais inflexível deles foi o presidente nacional do PT, Luís Inácio da Silva, Lula, que expressou o desejo de ver Bernardo Cabral numa linha de montagem, numa oficina mecânica ou numa mina, para conhecer a situação em que vive a maioria dos brasileiros. Ele se referia à idade-limite de 53 anos para aposentadoria, prevista no projeto.

“Quem trabalha aqui na Assembléia Constituinte, com ar condicionado, boa iluminação e sem outras pressões, pode se aposentar depois de 53 anos, mas essa não é a média de vida do nordestino”, argumentou o deputado. Lembrando que é de 62 anos a média de longevidade das pessoas do sul, e de 55 anos a dos nordestinos, Lula afirmou que, a prevalecer o que determina o projeto de Bernardo Cabral, “a grande maioria dos brasileiros vai morrer antes de se aposentar”.

O presidente do PT ainda criticou asperamente a omissão da estabilidade e da jornada semanal de 40 horas, dizendo que, se o anteprojeto previu a jornada diária de oito horas, não podia deixar para a lei ordinária a limitação da jornada semanal. Ele apontou em Bernardo Cabral “uma ambigüidade total e absoluta”, dizendo que a proposta dele fica aquém da Constituição em vigor, sobretudo na garantia do direito de greve. Ao final, Lula avisou: “Agora é que a porca vai torcer o rabo, porque agora o povo vai saber que é quem nesta Constituinte”.

Retrocessos — O deputado Haroldo Lima (BA), líder do PC do B, também foi contundente nas críticas a Bernardo Cabral. Chamou o anteprojeto de conservador e inferior ao desejado pela população, denunciando uma composição entre “o centro e a direita” para a redação dos principais artigos. “Os assuntos mais urgentes foram remetidos para a lei ordinária”, lastimou o deputado, condenando sobretudo o fato de o Congresso Nacional ganhar poderes apenas para examinar as concessões de rádio e televisão. Pela versão anterior o Legislativo tinha poderes para decidir sobre essas concessões.

O deputado Amaury Muller (líder do PDT) criticou o que ele chamou de “lamentáveis retrocessos na anistia”. Segundo o parlamentar, “não pode haver anistia quando se nega a milhares de marinheiros, soldados e servidores públicos punidos injustamente o ressarcimento dos danos sofridos”. Falaram também contra o anteprojeto os deputados Mário Lima (BA), Aécio Borba (CE), Uldurico Pinto (BA), José Maria Eymael (SP) e José Elias Murad (MG).

Marajás — Mas o momento mais nervoso, no plenário da Constituinte, foi quando o deputado João Cunha (PMDB-SP) apresentou uma representação contra os deputados Ulysses Guimarães (presidente da Assembléia) e Bernardo Cabral (relator do projeto), acusando-os

Brasília — Luciano Andrade



Lula: Cabral devia ver linha de montagem

de patrocinar uma farsa na solenidade de entrega do projeto de Constituição. “Nem Bernardo Cabral estava entregando um projeto, mas apenas um calhamaço, nem Ulysses Guimarães estava recebendo um documento. Seu discurso emocionado, ao receber o calhamaço, era apenas uma farsa.” Cunha entende que os dois parlamentares feriram o decoro da Casa e exige a abertura de uma sindicância, pela Mesa da Constituição, para que os dois sejam afastados dos seus cargos.

O deputado Afif Domingos (PL-SP) apresentou um projeto de decisão, a fim de que a União, os estados e os municípios sejam obrigados a encaminhar à Constituinte a discriminação dos vencimentos superiores a CZS 200 mil pagos a seus servidores. O deputado acha que essa é a melhor forma de coibir com rapidez os salários dos marajás.

Deputado teme plebiscitos sobre estados

SALVADOR — O presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, deputado Coriolano Sales (PMDB), qualificou de “golpe branco” do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a inclusão, em seu substitutivo, da determinação de que sejam realizados plebiscitos, junto com as eleições municipais de 1988, para decidir sobre a criação de novos estados. Um deles é o de Santa Cruz, que poderá surgir com o desmembramento do sul da Bahia.

“Estava combinado com o relator e com o presidente da constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que essa questão não seria incluída no substitutivo. Bernardo Cabral desconheceu por inteiro a manifestação dos baianos, numa emenda popular supressiva com mais de 400 mil assinaturas e também numa outra emenda supressiva, apresentada na Comissão de Sistematização por 40 dos 42 constituintes da Bahia”, afirmou.

Facto — Para Sales, ainda que o substitutivo não determine a criação de novos estados e mande realizar plebiscitos com toda a população de cada estado envolvido (e não apenas entre os eleitores das áreas diretamente interessadas), o dispositivo é gerador de problemas. “Esses plebiscitos seriam realizados num momento de extremo conflito, junto com as eleições municipais, que são as mais apaixonadas”, observou.

O presidente da Assembléia Legislativa e o vice-líder da oposição, deputado Eliel Martins (PFL), vão reunir-se segunda-feira em Brasília com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant’Anna e com os coordenadores das bancadas baianas do PMDB e do PFL, deputados Jutahy Júnior e Leur Lomanto. Eles redigirão nova emenda contra o desmembramento de estados.

“Vamos ter que derrubar isso na Sistematização”, disse Sales. Ele revelou que o governador de Minas, Newton Cardoso, às voltas com a tentativa de criação do estado do Triângulo, firmou um pacto com o governador Waldir Pires. “Pelo acordo, os mineiros votam contra o estado de Santa Cruz e os baianos votam contra o estado do Triângulo”.

Aliança tenta reunir partidos na votação

BRASÍLIA — A cúpula da Aliança Democrática decidiu fazer da votação do anteprojeto de Constituição, na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte, a última tentativa de entendimento entre o PMDB e o PFL. A proposta foi feita pelo presidente do PFL, senador Marco Maciel, na reunião que teve em seu gabinete, quarta-feira à tarde, com o deputado Ulysses Guimarães, os líderes Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Luís Henrique, do PMDB; e Carlos Chiarelli e José Lourenço, do PFL. Ficou patente que, se não houver entendimento nas duas últimas fases da votação da nova Carta, não será possível manter a Aliança. A tentativa de acordo começará pela votação do sistema de governo, ponto em torno do qual o presidente José Sarney faz questão de ter unidos os partidos que lhe dão sustentação.

Se a Aliança sobreviver à Constituinte, Maciel já tem data para o rompimento: 15 de novembro de 1988, quando se realizarão as eleições municipais. Aos políticos que vão a seu gabinete sugerir o fim imediato de acordo, ele repete: “Para que brigar agora, se a Aliança vai acabar naturalmente nas eleições municipais?”

Brizola — Em suas viagens pelos estados, no esforço de reorganizar o PFL,

o senador recolhe dados cada vez mais pessimistas quanto ao acordo político que sustenta o governo. Há pouco tempo em Presidente Prudente (SP), um seu assessor distribuiu cem pedaços de papel aos prefeitos, deputados e demais lideranças pefelistas, para saber a que candidato o partido deveria aliar-se no segundo turno da eleição para presidente da República. Resultado: mais de dois terços optaram por Leonel Brizola (PDT).

Essa aliança, PFL-Brizola, foi igualmente preferida por lideranças municipais reunidas a mais de mil quilômetros de distância, na semana passada, em Natal. A mesma pesquisa sobre a sucessão presidencial apresentou resultado ainda pior: de 28 votos, apenas dois eram a favor da coligação do partido com o PMDB. A preferência, mais uma vez, foi por Brizola. No Ceará e em Mato Grosso, Maciel também recolheu o mesmo desencanto com o PMDB.

“Quanto mais os governos do PMDB perseguem as lideranças municipais do PFL, mais um partido se vira contra o outro”, constata o senador. Preparando-se para o rompimento, Marco Maciel tem dito ao ministro Aureliano Chaves que ele deve se apresentar mais à opinião pública, pois é apontado como o candidato natural do PFL a presidente.

Richa quer inibir radicais

O grupo interpartidário liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR) — que agora se chama grupo Hércules e reúne 35 dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização — começou a avaliar o projeto de Constituição divulgado pelo deputado Bernardo Cabral. O grupo, nesta fase, quer “evitar que o centro na Constituinte seja tragado pela ação radical”, segundo o deputado Afif Domingos (PL-SP).

A reunião foi na Fundação Getúlio Vargas de Brasília e deverá repetir-se hoje, às 10h. O grupo, que reúne os moderados do PMDB, PL, PDS e PFL, começou um cotejo entre o substitutivo de Cabral e o projeto Hércules, divulgado há duas semanas. O Hércules foi o resultado de um mês de negociação interpartidária entre os integrantes do grupo, em torno da versão preliminar do projeto constitucional da Comissão de Sistematização.

Segundo Afif Domingos, na atual fase de emendas ao substitutivo de Cabral, o grupo pretende tomar o projeto Hércules como referência para as discussões. Aquilo que for comum aos dois projetos será aceito integralmente. Onde

houver discrepância haverá apresentação de emendas conjuntas de todo o grupo, ao substitutivo Cabral, restabelecendo a orientação do projeto Hércules. O deputado Afif Domingos até cunhou um slogan para este trabalho: “É centro com iniciativa”.

Ontem de manhã, na FGV, reuniram-se os senadores José Richa, Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Virgílio Távora (PDS-CE); os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ), Konder Reis (PDS-SC) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), entre outros, todos da Comissão de Sistematização. Numa primeira etapa, o grupo Hércules não pretende retomar os contatos com o outro grupo interpartidário da Constituinte, o do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), que reunia principalmente os partidos de esquerda, a esquerda do PMDB e o “grupo moderado” do PFL.



Richa

Grupo compara projeto com programa do PMDB

Insatisfeitos com o substitutivo Bernardo Cabral, os deputados do PMDB ligados ao MUP (Movimento da Unidade Progressista) vão preparar um documento que cotejará o texto divulgado pela Comissão de Sistematização com o programa do partido e os documentos aprovados na convenção de julho.

Um grupo do MUP procurou o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e acertou uma reunião para segunda-feira, quando deverá ser divulgado o documento. Covas, entretanto, foi cauteloso: “A nova Constituição não vai ser apenas o programa do PMDB.”

Recuo — Segundo o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), o substitutivo de Cabral colide com vários pontos do programa do PMDB e equivale a um retrocesso em relação a posições anteriores do partido. “Não podemos permitir que a convenção (de julho) não fique valendo nada”, afirmou, reclamando da não inclusão de deliberações dos convencionais no texto do relator.

Para Ramos, houve recuo em relação às propostas do PMDB na anistia para os militares cassados, no mecanismo sobre a imissão de posse da terra desapropriada pela reforma agrária, no capítulo sobre saúde e na exploração das riquezas minerais.

O MUP — dissidência esquerdista que atua como bloco dentro do PMDB — discutirá com outros partidos de esquerda a apresentação de emendas comuns ao substitutivo.